



**ESTADO, CAPITAL E NATUREZA NA AMAZÔNIA CONTEMPORÂNEA:  
QUESTÕES DE UM DEBATE CENTRAL PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E A  
SOCIEDADE BRASILEIRA**

***ESTADO, CAPITAL Y NATURALEZA EN LA AMAZONIA CONTEMPORANEA:  
CUESTIONES DE UN DEBATE CENTRAL PARA LAS CIENCIAS SOCIALES Y LA  
SOCIEDAD BRASILEÑA***

***STATE, CAPITAL AND NATURE IN CONTEMPORARY AMAZON: QUESTIONS OF A  
CENTRAL DEBATE FOR THE SOCIAL SCIENCES AND BRAZILIAN SOCIETY***



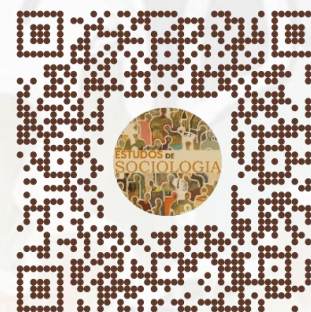
Marcelo Sampaio CARNEIRO<sup>1</sup>  
e-mail: marcelo.sampaio@ufma.br



Silvio Eduardo Alvarez CANDIDO<sup>2</sup>  
e-mail: seacandido@ufscar.br

**Como referenciar este artigo:**

CARNEIRO, M. S.; ALVAREZ, S. E. Estado, capital e natureza na Amazônia contemporânea: Questões de um debate central para as ciências sociais e a sociedade brasileira. **Estudos de Sociologia**, Araraquara, v. 28, n. esp. 2, e023012, 2023. e-ISSN: 1982-4718. DOI: <https://doi.org/10.52780/res.v28iesp.2.18953>



| **Submetido em:** 15/08/2023  
| **Revisões requeridas em:** 19/10/2023  
| **Aprovado em:** 05/11/2023  
| **Publicado em:** 29/12/2023

---

**Editora:** Profa. Dra. Maria Chaves Jardim  
**Editor Adjunto Executivo:** Prof. Dr. José Anderson Santos Cruz

---

<sup>1</sup> Universidade Federal do Maranhão (UFMA), São Luís – MA – Brasil. Professor Titular do Departamento de Sociologia e Antropologia.

<sup>2</sup> Universidade Federal de São Carlos (UFSCar), São Carlos – SP – Brasil. Doutor em Engenharia de Produção pela UFSCar (PROFESSOR DE ESTUDOS ORGANIZACIONAIS)

O debate acerca da relação entre o desenvolvimento do capitalismo e a exploração da natureza é um dos principais temas da agenda de pesquisa contemporânea das Ciências Sociais (O'CONNOR, 2004; ALTVATER, 2010; CALHOUN, 2014), como atestam as discussões correntes sobre as causas e os efeitos do aquecimento climático global e as análises acerca das correlações entre a destruição de ecossistemas naturais e a produção de pandemias (BOYER, 2020).

No caso brasileiro, essa discussão tem na Amazônia um de seus principais focos, haja vista a importância que essa região desempenha nos processos ecológicos globais e a forte antropização que ela vem sofrendo ao longo dos últimos cinquenta anos, como mostram os dados acerca do desenvolvimento das atividades agropecuárias e da evolução das áreas desmatadas (COSTA, 2000).

A dinâmica da destruição da floresta envolve diferentes forças sociais, mobilizando agentes coletivos e individuais interessados na exploração dos recursos naturais regionais (terra, madeira, minerais, produtos da biodiversidade etc.). Ela é contraposta por uma gama importante de atores sociais que vêm se mobilizando para conter esse processo, caso das chamadas populações tradicionais (povos indígenas, quilombolas, extrativistas, ribeirinhos etc.) (ACEVEDO; CASTRO, 1993; RUSTAIN, 2021) e de grupos sociais que se deslocaram em período mais recente para a região, como camponeses atraídos para os projetos de colonização durante o período da ditadura militar (ESTERCI, 1987; HÉBETTE, 1991; SCHMINK; WOOD, 2012).

Nesse sentido, a análise aqui proposta procura dar conta de processos que envolve ao menos três dimensões: a dinâmica do desenvolvimento capitalista, o papel desempenhado pelas agências que objetivam o poder do estado na região (BOURDIEU, 2012) e as disputas entre diferentes agentes sociais situados no âmbito da sociedade civil.

No primeiro caso, temos uma dinâmica de desenvolvimento do capitalismo, que em muitos aspectos relembra o processo de acumulação primitiva (MARX, 1998) ou do chamado “moinho satânico” polanyiano (POLANYI, 2000), que avança sobre terras indígenas, unidades de conservação ambiental e áreas ocupadas por populações tradicionais (quilombolas, seringueiros, castanheiros etc.), utilizando mecanismos repressivos para a imobilização da força de trabalho, hoje amplamente descritos como típicos do trabalho escravo contemporâneo (ESTERCI, 1994).

Contudo, essa alusão aos aspectos mais deletérios do processo de acumulação primitiva não deve obscurecer o fato de que os processos econômicos em curso na Amazônia encontram-

se fortemente articulados e são muitas vezes dirigidos por atores líderes de cadeias globais de valor ou redes de produção globais, caso, por exemplo, da mineração de ferro, da exploração sojícola ou produção de dendê (SANTOS, 2010; GUÉNEAU, 2018; CANDIDO, 2023; CARNEIRO, 2023).

Como detentor do monopólio da violência física/simbólica legítima e por vezes agente diretamente investido em processos de apropriação e exploração dos recursos naturais, o Estado pode ser considerado como parte integrante do padrão de desenvolvimento do capitalismo na Amazônia (FRANÇOIS; LEMERCIER, 2021), desempenhando papel central nas disputas na região. Essa atuação, por vezes, incorpora as demandas e reivindicações de grupos sociais subalternos, servindo para contrabalançar interesses econômicos poderosos.

Os artigos reunidos no dossiê “Estado, capital e natureza na Amazônia contemporânea” discutem as questões acima elencadas, aprofundando-as a partir de diferentes campos de investigação, recortes temáticos diversos e mobilizando perspectivas teóricas específicas.

O primeiro artigo do dossiê, denominado *A sociobiodiversidade amazônica em busca de mercados internacionais* é assinado por Ana Margarida Castro Euler, Catherine Aubertin e Nathalie Cialdella. O texto verifica as potencialidades do desenvolvimento de cadeias de suprimento de insumos naturais da Amazônia para mercados internacionais. Em linha com as propostas que estão na origem do movimento socioambientalista das últimas décadas da Amazônia e com recente criação da Secretaria Nacional de Bioeconomia no Ministério do Meio Ambiente pelo Governo Lula 3, as autoras discutem como as cadeias da sociobiodiversidade brasileira podem valorizar o conhecimento das comunidades da floresta e conciliar a melhoria de sua qualidade de vida com a conservação da floresta.

A análise enfoca as potencialidades associadas ao mercado internacional de cosméticos. Nesse mercado verifica-se uma tendência consistente de valorização da sociobiodiversidade e de uma “volta à natureza”, como posto no título da terceira parte do texto. As autoras analisam as ligações entre os principais elos do fornecimento de bioinsumos amazônicos e os elos internacionais, identificando alguns dos principais atores e analisando suas motivações e linhas de atuação. Ganha relevo a análise de grandes empresas de cosméticos que estão “na ponta” da cadeia. O texto destaca a importância da lógica do marketing nessas organizações, que orienta a procura por insumos da Amazônia, e a preocupação com as condições de sociais, econômicas e ambientais dos seus fornecedores, que impulsiona o desenvolvimento de “cadeias curtas” e articulação com certificadoras, tendo em vista que precariedades existentes nessas cadeias representam importantes riscos para a sua reputação.

O segundo artigo analisa a construção e a desconstrução de capacidades estatais federais de controle do desmatamento da Amazônia brasileira com base na abordagem político-cultural desenvolvida por Fligstein e McAdam (2012). O texto é de autoria de Silvio Eduardo A. Candido, Leonardo H. L. de Moura, Ricardo M. Duarte e Juan D. Pietro e foi intitulado de *A construção e desconstrução de capacidades estatais de controle do desmatamento da Amazônia: do PPCDAm a Bolsonaro*.

Operacionalizando conceitos como o de campos de ação estratégica, ações socialmente hábeis e unidades internas de governança em uma densa pesquisa histórica que leva a sério as relações de poder, os autores apresentam sua narrativa em três partes principais. A primeira investiga a gradual formação dos fundamentos institucionais do campo ambiental, nos quais as políticas de controle do desmatamento se situam. Os autores mostram que esse processo ocorreu de forma lenta e cumulativa a partir dos anos 1970, culminando na exitosa criação e implementação do Plano de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia (PPCDAm) pelo primeiro e segundo governos Lula.

O segundo é marcado pelas intensas mudanças no campo do poder brasileiro que se iniciam com as jornadas de junho de 2013, passando pelo golpe parlamentar contra a Presidente Dilma Rousseff e desembocando na eleição de Bolsonaro. As mudanças no Código Florestal de 2012 foram o prenúncio das reações à efetividade do PPCDAm que se desdobraram nesse período. Para os autores esse processo envolveu a efetiva mobilização e ascensão de campos concorrentes ao desmatamento da Amazônia, notavelmente o do agronegócio e o da infraestrutura. O fortalecimento desses campos impôs retrocessos ao campo ambiental, mas não prescindiram de sua existência.

O ataque mais severo veio com a eleição de Bolsonaro, que marca o início do terceiro período de análise. Aqui, são os fundamentos em si da existência do campo ambiental e do combate ao desmatamento que passam a ser desmantelados por meio de sua incorporação pelos campos opositores e pelo campo militar, que passam a destruí-los “de dentro para fora”. A solidez das instituições ambientais gradualmente constituídas e a falta de habilidade social dos atores do Governo fez com que esse processo não tenha avançado significativamente nessa desconstrução, que foi felizmente interrompida pela eleição de Lula em 2022.

O texto seguinte, denominado *O desenvolvimento da produção siderúrgica na Amazônia Oriental e o debate sobre o processo de aprimoramento tecnológico e social* de Marcelo Sampaio Carneiro e Roberto Martins Mancini discute o processo de estruturação da

cadeia produtiva mínero-metalúrgica, localizada na Amazônia oriental, enfocando um processo recente de *upgrading* (aprimoramento) tecnológico e social.

Escrito a partir da perspectiva das cadeias globais de valor (GEREFFI, 2018), os autores discutem o processo de aprimoramento tecnológico em curso nessa cadeia, com a passagem da produção de ferro-gusa para a de laminados e trefilados de aço, procurando identificar se esse processo também gera benefícios para os trabalhadores e o território no qual essas empresas se localizam, caso do município de Açailândia/MA e Marabá/PA.

Nessa análise do processo de *upgrading* tecnológico e social, os autores chamam atenção também para a necessidade de se levar em consideração as disputas no âmbito das cadeias globais de valor, pois, no estudo em questão, a passagem para a produção de uma mercadoria de maior valor agregado (laminados e trefilados de aço), implicou no desligamento parcial de duas empresas da cadeia de valor que deu origem ao polo siderúrgico de Carajás, a cadeia de produção de ferro-gusa.

O quarto artigo, *Ambientalização travada: Sistema de dominação e seus efeitos em Caeté-Taperaço, uma Resex marinha na Amazônia*, escrito por Maria José Aquino Tesseirenc (UFPA) e Pierre Tesseirenc (Université Paris XIII), abordam a questão da construção de espaços de deliberação autônoma e sua relação com modos de dominação tradicional em reservas extrativistas (RESEX) marinhas localizadas no estado do Pará.

A partir da comparação dos estudos de caso das RESEX de Curuçá e São João da Ponta com a RESEX de Caeté-Taperaço, os autores procuram identificar os fatores que dificultaram a construção de uma atuação mais autônoma por parte dos moradores dessa última, que teriam continuado envoltos nas malhas das redes tradicionais de dominação, particularmente da política municipal. Com elementos explicativos para a manutenção dessas relações de dominação, os autores chamam a atenção para como os agentes do poder político municipal de Bragança (PA) dificultam o estabelecimento de relações mais fortes de cooperação entre os moradores e representantes do saber *expert* (CALLON *et al.*, 2001) que possuem uma forte atuação na área da RESEX. A relação da população local com esses técnicos também foi dificultada por conflitos surgidos no processo de elaboração do Plano de Manejo da reserva.

O quinto texto, *A diversidade cultural como paradigma ultrapassado na persistência do desenvolvimentismo na Amazônia*, de Luciana Gonçalves de Carvalho, analisa as iniciativas de políticas governamentais para a chamada região da Calha Norte na Amazônia, destacando o Programa Barão do Rio Branco (PBRB), apresentada no início do governo Jair Bolsonaro (2019-2022).

A autora retoma as propostas apresentadas no âmbito do Projeto Calha Norte, política governamental elaborada no final da ditadura militar, mas que começou a ser executada durante o governo José Sarney (OLIVEIRA FILHO, 1991), destacando as ações de estabelecimento de batalhões do exército nas áreas de fronteira e os projetos de construção da rodovia Perimetral Norte e da UHE de Cachoeira Porteira, de forma a viabilizar a exploração mineral na região do Rio Trombetas.

Apesar de identificar muitos elementos comuns entre as duas iniciativas de políticas governamentais, Luciana Carvalho destaca uma diferença central, pois enquanto no Projeto Calha Norte havia um discurso de valorização do conhecimento e das características das populações tradicionais presentes na região da Calha Norte, no PBRB essa preocupação é substituída pela denúncia do que o governo Bolsonaro chama dos paradigmas do indigenismo, ambientalismo e quilombolismo.

No último trabalho do dossiê, Ismail Ertürk, analisa a mobilização do setor financeiro para tratar das emergências ambientais e climáticas globais. Seu texto, que é intitulado *Financeirização, meio ambiente e valores*, critica as iniciativas financeiras para lidar com nossos desafios ambientais e climáticos contemporâneos. Essas iniciativas são divididas em dois tipos principais e brevemente apresentadas. As primeiras são mais ligadas às mudanças regulatórias no setor bancário tradicional e têm sido lideradas pelos Bancos Centrais do mundo que, no rastro das medidas macroprudenciais para enfrentar a Crise Financeira de 2008, têm proposto formas de estabilizar o sistema financeiro mundial durante a transição para uma economia de baixo carbono.

Com base na ideia de Cisne Verde (*Green Swan*), parte-se da visão de que as mudanças climáticas implicam em riscos sistêmicos, gerando acúmulos de perdas em cascata, com efeitos multiplicadores (BOLTON *et al.*, 2020). Esses riscos decorrem tanto de eventos climáticos extremos quanto das próprias mudanças institucionais preconizadas pelo Acordo de Paris para mitigar os efeitos da crise climática, que podem afetar severamente setores “marrons” da economia e criar problemas financeiros, nos denominados “riscos de transição”. Ertürk ilustra as transformações que vêm ocorrendo no espaço dos Bancos Centrais e a importância que esses têm adquirido nas ações climáticas analisando a trajetória de Mark Carney, considerado um dos mais respeitados banqueiros centrais do mundo nas últimas décadas.

O segundo conjunto de iniciativas, mais associado aos mercados financeiros, compreende ações voluntárias desenvolvidas sob a liderança das Nações Unidas e organizadas em torno da ideia de *Environmental, Social and Governance* (ESG). O autor questiona o

consenso entre economistas acadêmicos e profissionais que mostram que empresas com boa performance ESG também possuem desempenho financeiro superior e aponta que os mercados financeiros e sua dinâmica não refletem a dinâmica da economia real e as questões socioambientais globais, o que faz com que eles tenham pouco a contribuir para a resolução das crises ambientais e climáticas.

Por fim, aponta que para que os atores financeiros sejam realmente capazes de contribuir para superar os desafios ambientais e climáticos globais, eles precisam romper com seus conceitos, reinventar sua linguagem e substituir formas de mensuração de desempenho puramente financeiras por medidas físicas e conectadas aos problemas reais enfrentados. Ele aponta ainda, com base no trabalho do filósofo Michel Serres, que uma aproximação do pensamento econômico com o mundo da arte pode inspirar essas reinvenções.

## REFERÊNCIAS

- ACEVEDO, R.; CASTRO, E. **Negros do Trombetas: guardiões de matas e rios**. Belém: UFPA/NAEA, 1993.
- ALTVATER, E. **O fim do capitalismo como o conhecemos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BOLTON, P. *et al.* **The green swan**. **BIS Books**, 2020.
- BOURDIEU, P. **Sobre o Estado. Cursos no Collège de France – 1989-1992**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- BOYER, R. **Les capitalismes à l'épreuve de la pandémie**. Paris : La Découverte, 2020.
- CALHOUM, C. Ce qui menace le capitalisme aujourd'hui. *In*: WALLERSTEIN, Immanuel *et al.* (ed.). **Le capitalisme a-t-il un avenir ?** Paris: La Découverte, 2014. p. 217-269.
- CALLON, M.; LASCOUMES, P.; BARTHE, Y. **Agir dans un monde incertain: essai sur la démocratie technique**. Paris: Seuil, 2001.
- CANDIDO, S. E. A. O estabelecimento da moratória da soja na floresta amazônica brasileira: ação ambiental estratégica para explorar oportunidades em múltiplos campos. **Sociologias**, [S. l.], v. 25, n. 62, 2023. DOI: 10.1590/18070337-128528pt.
- CARNEIRO, M. S. A economia maranhense e as cadeias globais de valor: elementos para uma estratégia de desenvolvimento. *In*: ANDRADE, E. O. (org.). **Brasil: 200 anos de luta do povo trabalhador**. São Paulo: FPA/Hucitec, 2023. p. 285-296.
- COSTA, F. A. **A formação agropecuária da Amazônia: os desafios do desenvolvimento sustentável**. Belém: UFPA/NAEA, 2000.

ESTERCI, N. **Conflito no Araguaia**: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.

ESTERCI, N. **Escravos da desigualdade**: um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje. Rio de Janeiro: CEDI/Koinonia, 1994.

FLIGSTEIN, N.; MCADAM, D. **A theory of fields**. Oxford UP, 2012.

FRANÇOIS, P.; LEMERCIER, C. **Sociologie historique du capitalisme**. Paris: La Découverte, 2021.

GEREFFI, G. The emergence of global value chains. Ideas, institutions, and research communities. In: GEREFFI, G. **Global Value Chains and Development**: redefining the contours of 21st Century Capitalism. Cambridge, UK: UP, 2018. p. 17-39.

HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis/Rio de Janeiro/Belém: Vozes/FASE/NAEA, 1991.

MARX, K. **O capital**: o processo de produção do capital. Livro 1. 16. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998. Capítulo XXIV. v. 1.

O'CONNOR, M. **Is Capitalism Sustainable?** Political economy and the politics of ecology. New York/London: Guilford Press, 1994.

OLIVEIRA FILHO, J. P. A segurança das fronteiras e o novo indigenismo. Formas e linhagens do Projeto Calha Norte. In: HÉBETTE, J. (org.). **O cerco está se fechando**: o impacto do grande capital na Amazônia. Petrópolis/Rio de Janeiro/Belém: Vozes/FASE/NAEA, 1991. p. 321-347.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens de nossa época. São Paulo: Campus, 2000.

RUSTAIN, S. **La forêt vierge d'Amazonie n'existe pas**. Paris: Le Pommier, 2021.

SANTOS, R. S. P. Desenvolvimento econômico e mudança social: a Vale e a mineração na Amazônia Oriental. **Cadernos CRH**, [S. l.], v. 29, p. 295-312, 2016.

SCHMINK, M.; WOOD, C. H. **Conflitos sociais e a formação da Amazônia**. Belém: Editora da UFPA, 2012.



**Processamento e editoração: Editora Ibero-Americana de Educação.**  
Revisão, formatação, normalização e tradução.

